

NESTE NUMERO

INSCRIÇÕES PARA O "PRÊMIO INDEPENDÊNCIA"	
ATE 29 DE SETEMBRO	1
"TEATRO UNIVERSITARIO DE LAGES"	
O MELHOR GRUPO DE 72	1
BIBLIOTECA PUBLICA: FREQUENCIA EM JULHO	3
HOLDEMAR AUTOGRAFA "COLEIRA DE PEGGY"	3
VISITA DE AUTOR LAUREADO	3
MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES	
PROGRAMA CURSO INTENSIVO DE MUSEOLOGIA	4
ASSOCIAÇÃO DOS ESTUDANTES CATARINENSES	
NO PARANA TEM NOVA DIRETORIA	5
A INDEPENDENCIA DO BRASIL EM SANTA CATARINA	6
ABDON BAPTISTA	16
LUCAS BEZ BATTI	19

Iturais - notícias culturais - notícia

editado pelo departamento de cultura da secretaria do governo do estado de santa catarina

INSCRIÇÕES PARA O "PRÊMIO INDEPENDÊNCIA"

ATE 29 DE SETEMBRO

Até o próximo dia 29 de setembro a Divisão de Ciências do Departamento de Cultura receberá os trabalhos concorrentes ao "Prêmio Independência". O concurso foi instituído em comemoração aos 150 anos da Independência e conta com o patrocínio da Comissão Estadual do Sesquicentenário.

Temas e Prêmios

O concurso foi dividido em três categorias. A primeira de ordem geral onde os concorrentes deverão apresentar um trabalho de pesquisa histórica sobre a Independência do Brasil em Santa Catarina. Nesse nível o prêmio totaliza 5 mil cruzeiros. A segunda categoria é para universitários, com tema idêntico e 2 mil e 500 cruzeiros de prêmio. A terceira, para estudantes de nível médio devendo ser distribuídos um mil e 500 cruzeiros de prêmios.

O regulamento do Prêmio Independência foi distribuído por todo o Estado.

Os interessados neste concurso poderão obter informações detalhadas na Divisão de Ciências do Departamento de Cultura.

"TEATRO UNIVERSITARIO DE LAGES"

O MELHOR GRUPO DE 72

O VIII Festival de Teatro Amador de Santa Catarina, teve como vencedor o Teatro Universitário de Lages, pela apresentação da peça "LONGA JORNADA NOITE A DENTRO", de Eugene O'Neill. Em 2º lugar classificou-se o Teatro Estudantil Catarinense, representando Santo Amaro da Imperatriz, com a peça "O LIVRO DE CRISTOVÃO COLOMBO", de Paul Claudel. O 3º lugar coube ao Teatro da UFSC de Florianópolis,

pela apresentação de "SEDIMENTAÇÃO MOVEDEÇA DA SOCIEDADE", de Gelsi Coelho.

Outros Prêmios

Também foram distribuídos mais os seguintes prêmios, entre os participantes: MELHOR DIRETOR - Sergio Lino (O Livro de Cristóvão Colombo); MELHORES ATORES - Larry Clanberg (Longa Jornada Noite a Dentro); Valério Carioni e Antonio Carlos De Faveri (O Livro de Cristóvão Colombo); MELHORES ATRIZES - Maria de Cordova (Longa Jornada Noite a Dentro) e Maria Luiza de Faveri (O Livro de Cristóvão Colombo); MELHOR COADJUVANTE MASCULINO - Walter Liber e Colombo (Longa Jornada Noite a Dentro); MELHOR COADJUVANTE FEMININO - Neusinha Welther (Tôda Donzela Tem um Pai que é uma Fera) de Joinville; MELHOR SONOPLASTIA - O Livro de Cristóvão Colombo; MELHOR CENOGRAFIA - Longa Jornada Noite a Dentro; MENÇÃO HONROSA - Sergio Lino, pela direção de "O Livro de Cristóvão Colombo".

O VIII Festival de Teatro Amador de Santa Catarina, foi realizado em Lages de 22 a 28 de julho e reuniu representações de Florianópolis, Lages, Rio do Sul, Santo Amaro da Imperatriz, Palhoça e Joinville.

Este ano a promoção do Departamento de Cultura da Secretaria de Governô contou com o patrocínio da Prefeitura Municipal de Lages.

Exposição

Durante a realização do Festival o Museu "Thiago de Castro", de Lages, realizou uma exposição sôbre o desenvolvimento do Teatro naquela cidade. Usando programas, fotos, jornais, peças de indumentária foi feita uma retrospectiva do movimento teatral em Lages, à partir do século passado.

BIBLIOTECA PÚBLICA: FREQUÊNCIA EM JULHO

No decorrer do mês de julho passado a Biblioteca Pública do Estado apresentou uma frequência de 1.783 consulentes. Segundo Relatório do Diretor do órgão houve um decréscimo de público, de mais de mil pessoas com relação à frequência do mês anterior, motivado pelas férias escolares.

O maior volume de consultas concentrou-se em obras referentes a ciências humanas e sociais, com cerca de 500 consultas. As obras de literatura somaram 80 e os empréstimos de obras infantis, 30.

HOLDEMAR AUTOGRAFA "COLEIRA DE PEGGY"

Reunindo onze contos de Holdemar de Menezes, apareceu nas livrarias "A Coleira de Peggy". O mais recente lançamento de um membro da Academia Catarinense de Letras foi apresentado ao público em tarde de autógrafos promovida pela Editora Movimento, em Florianópolis no dia 27 de julho na Livraria Cruz e Souza e em Joinville, no dia 5 de agosto na Livraria Record.

O volume de oitenta páginas, faz parte da Coleção "Santa Catarina", da Editora Movimento de Porto Alegre. A capa é de Claudio Fischer. A apresentação de Emanuel Medeiros Vieira afirma: "Os onze contos que compoem "A Coleira de Peggy", na criação da expectativa, na surpresa e inusitado dos finais, invadem o leitor de imediato: há uma forte fidelidade à literatura sulamericana. Não há intelectualismo, nem pedantismo em Holdemar. Ele tem o que dizer. E nos diz bem".

VISITA DE AUTOR LAUREADO

Visitou o Departamento de Cultura no dia 21 de julho do ano corrente e manteve diálogo na Divisão de Letras, onde recebeu coleção de livros de autores catarinenses, o estudante de História da Faculdade de História da Universidade de São Paulo, Romário José

Borelli.

Romário José nasceu em Pôrto União. Escreve para teatro e é autor de "Delenda Cartago", "Primata em Conflito", "O Abrigo", "Contratado". Com a peça "Olhos e Ouvidos" foi laureado no 1º Concurso Nacional de Dramaturgia da Fundação Anchieta, TV Cultura, SP.

Participou de debates e cursos sôbre teatro e literatura dramática em Buenos Aires e em Paris. Para a sua peça "Delenda Cartago" fêz pesquisa em Roma, Tunisia e Africa.

Durante a palestra que manteve com entou que está interessado em escrever teatro desenvolvido em pesquisa na paisagem histórica e humana de Santa Catarina.

MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES

PROGRAMA CURSO INTENSIVO DE MUSEOLOGIA

O Museu Nacional de Belas Artes, do Rio, programou um Curso Intensivo de Museologia, a se realizar de 9 a 20 de outubro. O curso terá nível de extensão universitária e conta com o patrocínio da Comissão para o Intercambio Educacional entre os Estados Unidos e o Brasil (Fulbright Commission).

O curso destina-se a diretores e técnicos de museus brasileiros, professôres, restauradores, administradores, estudantes e museologia, de história, ciências e belas artes.

Entre os professôres que ministrarão o curso estará presente o Prof. Basil C. Hendrick, diretor do Museu Universitário de Illinois.

Todos os detalhes sôbre a realização deste curso, poderão ser obtidos na Divisão de Ciências do Departamento de Cultura da Secretaria de Govêrno.

ASSOCIAÇÃO DOS ESTUDANTES CATARINENSES
NO PARANA TEM NOVA DIRETORIA

A Associação dos Estudantes de Santa Catarina no Paraná elegeu sua nova diretoria para a gestão 72/73. São os novos diretores da AESC os estudantes catarinenses: Alceu Gaio (Mafra), Presidente; Marcos A. Batista (Joaçaba) Vice Presidente; Mozart de Quadros (Galvão), Procurador Geral; Carlito A. Rupp (Caçador), Secretário Geral; Celia Maria Dresch (Tangará), 1º Secretário; Clovis Betoni (Videira) Tesoureiro Geral; Waldir Manes (Luiz Alves) 1º Tesoureiro; Juvelino Bonatto (Concórdia), Orador. Conselho Consultivo: Luiz Espindola dos Santos (Palhoça), João Rides Macedo (São Joaquim); José Milton Machado (Campos Novos), Elizabete Sirley Nizer (Ibicaré), Lecir L. de Bona Sartor (Criciúma) e Elcio Luiz Bonamigo (Capinzal).

SECRETÁRIO DO GOVÊRNO: ORLANDO BERTOLI / DEPARTAMENTO DE CULTURA -
DIRETOR: CARLOS HUMBERTO CORRÊA / DIVISÃO DE CIÊNCIAS - DIRETOR:
JALI MEIRINHO / DIVISÃO DE ARTES - DIRETOR: AUGUSTO N. DE SOUZA /
DIVISÃO DE LETRAS - DIRETOR: THEOBALDO COSTA JAMUNDÁ.

A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL EM SANTA CATARINA

CRONOLOGIA

(III)

Seguimos com a publicação da cronologia dos principais fatos da Independência do Brasil, relacionados com a vida da Província de Santa Catarina, no ano de 1822. Neste número apresentamos os episódios do mês de setembro.

2 DE SETEMBRO DE 1822 - Na ausência de D. Pedro, que viajou para São Paulo, a Princesa D. Leopoldina preside a reunião do Conselho de Procuradores. Presentes os representantes das Províncias do Rio de Janeiro, Cisplatina, Minas, Espírito Santo, São Paulo e Santa Catarina. Nesta reunião ratifica-se decisão da anterior, realizada a 28 de agosto. Naquela ficou deliberado despachar o correio Pedro Bregaro para São Paulo, levando as cartas da, então Regente, Princesa Dona Leopoldina e do Ministro José Bonifácio, dando conta ao Príncipe de que as Cortes de Lisboa o tratavam como rebelde ou inimigo. A esposa e o ministro aconselhavam a D. Pedro que a hora da independência já chegara.

4 DE SETEMBRO DE 1822 - Os desterrenses, concordavam que a independência era uma causa sagrada; confiavam em D. Pedro, só não acreditavam em um rompimento entre o Príncipe e seu pai D. João VI. Duas cartas revelam o pensamento dominante aqui nestes dias. Uma carta é desta data. A outra será do próximo dia 12. Neste 4 de setembro de 1822, a Câmara, pelo seu presidente Francisco José Nunes e vereadores Borges de Castro, Pereira Guimarães e José Silveira de Souza, di

rige-se ao Procurador da Província no Conselho de Estado, o General Xavier Curado, manifestando sua inteira confiança nos atos daquele representante. Ao mesmo tempo reconhece que o papel do Conselho "vem a ser a Causa Sagrada da União e Independência deste Reino". E afirma: "Para esse fim não precisa V.Excia, senão recorrer aos seus conhecimentos dirigidos pelo seu conhecido zelo do Bem Público e brio Nacional submete em nome deste Reino a execução da Procuração já dirigida a V. Excia. com amplísimos Poderes ao arbitrio de V.Excia. regulado pelos princípios supra mencionados e lhe roga queira de novo protestar a Sua Alteza Real por esta Província uma decidida adesão à Câmara do Brasil e Perpétua defesa de nossas pessoas, de nossos bens e da nossa bem entendida liberdade" (6).

Esta atitude da Câmara deixava claro que os catarinenses também comungavam do ideal emancipacionista.

7 DE SETEMBRO DE 1822 - Nenhum documento, nenhuma ata, existe da proclamação da Independência do Brasil. Mas, também, nenhuma dúvida têm os historiógrafos sobre a data da Independência. Foi, às 4 horas da tarde deste sábado, no sítio Ipiranga nas vizinhanças de São Paulo, o acontecimento do episódio que se caracterizou pelo efetivo rompimento Brasil-Portugal. D.Pedro regressava de Santos e ali recebeu do correio da Corte, Pedro Bregaro, as cartas de D.Leopoldina e José Bonifácio. Na carta a Princesa comentava "as críticas circunstâncias em que se achava o amado Brasil" e dizia que só o pronto regresso do marido "e muita energia e vigor podem salvá-lo da ruína".

Ali mesmo D.Pedro declarou aos seus acompanhantes: "ESTAMOS SEPARADOS DE PORTUGAL" e escolheu a divisa "INDEPENDÊNCIA OU MORTE", que foi lançada nesta mesma noite no teatro da capital paulista.

Enquanto São Paulo era palco dos acontecimentos que fizeram, desta, a maior data da nacionalidade, aqui, como nas demais Provín-

cias, autoridades, tropa e povo não supunham que à partir deste dia estavam rompidos os vínculos com Portugal.

Em São Francisco do Sul, neste mesmo dia, a Câmara sob a presidência de Jacinto Fernandes Dias toma conhecimento de leis e decretos recentes, que lhes foram endereçados pela Junta do Governo Provisório da Província, entre as quais estavam as instruções para a indicação dos eleitores que iriam eleger o deputado catarinense à Assembléia Constituinte.

12 DE SETEMBRO DE 1822 - Embora desconhecendo o importante acontecimento do dia 7, em São Paulo, os catarinenses tiveram conhecimento de outras notícias sôbre episódios e atos que indicavam a emancipação. Comentava-se com entusiasmo os manifestos de D. Pedro, datados de 1º e 6 de agosto. Foi movido pelo entusiasmo popular que os vereadores decidiram reunir as altas figuras da Capital para oficializar um voto de aplauso ao Príncipe. Desta reunião saiu uma carta dirigida a D. Pedro e redigida em termos eloquentes e frases empolgadas. É desse documento o trecho que segue: "Seria transcendente ao seu objeto enumerar aqui a série ascendente daqueles atos gloriosos que já moveram esta mesma Câmara a ir especialmente tributar por vezes o seu agradecimento, o seu amor e a sua admiração à Pessoa Excelsa de Vossa Alteza Real já como Regente já como Defensor Perpétuo do Brasil. Porém o sublime Decreto de 3 de junho e os bem ponderados Manifestos de 1º e 6 de agosto do presente ano, de tal modo exaltaram e afirmaram a dignidade e supremacia do Vasto Império Brasileiro que, à vista deles, esta Câmara sempre ambiciosa de mostrar-se benemérita, está novamente, por intervenção do Digno Procurador Geral desta Província, a repetir os protestos do seu reconhecimento por tão altos motivos e a reiterar os votos de firme adesão à sua memorável Regência assim como do amor, da lealdade inabalável que consagram estes

Povos à Pessoa Augusta de Vossa Alteza Real ao Muito Alto e Muito Poderoso Rei Senhor Dom João VI e a t^oda Sua Família Soberana Casa de Bragança. Deus dilate e prospere a preciosa vida de Vossa Alteza Real para continuar a ser o Nume Tutelar do Brasil".

A carta dirigida ao Príncipe, foi encaminhada ao Procurador Xavier Curado. Escrita depois da emancipação quando chegou ao Rio deve ter causado um mal estar por aquele "Muito Alto e Muito Poderoso Senhor D. João VI"...

Mesmo assim Curado levou-a ao destinatário, que, depois, incumbiu José Bonifácio de agradecer o apoio manifestado.

17 DE SETEMBRO DE 1822 - Reunida extraordinariamente a Câmara do Rio de Janeiro marca a data de 12 de outubro para "fazer aclamar solenemente o Senhor D. Pedro d'Alcantara, hoje Príncipe Regente do Brasil, e seu defensor perpétuo, 1^o Imperador Constitucional do Brasil, prestando o mesmo Senhor previamente um juramento solene, jurar, guardar manter e defender a Constituição que fizer a Assembléia Constituinte, Legislativa Brasileira".

Na mesma data esta resolução foi comunicada ao Senado da Câmara da Vila de Nossa Senhora do Desterro. O ofício é assinado por José Clemente Pereira, presidente, João Soares Bulhões, José Pereira da Silva e João Antonio dos Santos Xavier, vereadores da Câmara do Rio. Pede ao Presidente, Vereadores e Oficiais da Câmara catarinense que adotem idêntica providência "porque será muito importante à causa do Brasil muito glorioso ao acerto com que esta vai dirigindo a grande obra da sua independência e da muita admiração finalmente para os povos expectadores da nossa conduta se no mesmo dia 12 de outubro for Sua Alteza Real aclamado Imperador Constitucional em t^odas ou quase t^odas as Provincias coligadas como esperamos".

Neste ofício é dado ciência aos desterrenses que no Rio de Janeiro "tem se exaltado tanto que tudo nos anuncia que o povo e tropa se dispõe para apressar a sua aclamação, por tal forma que na noite passada foi o mesmo recebido no teatro com as seguintes vozes de universal entusiasmo: Viva a Independência do Brasil! Viva o Imperador Constitucional do Brasil! Viva o Rei Constitucional do Brasil!"

Esse entusiasmo popular dava motivo a que os vereadores do Rio de Janeiro assim argumentassem: "Quando a opinião dominante se declara decisivamente é da nossa obrigação e de tôdas as Câmaras consolidar a vontade dos verdadeiros brasileiros que é: Independência e Liberdade pela Constituição debaixo de uma Monarquia Constitucional!"

18 DE SETEMBRO DE 1822 - A Câmara de São Francisco do Sul realiza reunião, debatendo providências necessárias para o reequipamento das fortificações da Vila. Esse assunto vem a propósito do Manifesto de D. Pedro, datado de 1º de agosto passado. A reunião é presidida pelo Juiz Ordinário e Presidente da Câmara Jacinto Fernandes Dias, Além dos vereadores Antonio de Barros Lima, Antonio José da Silveira, José Francisco Pereira e Agostinho de Souza Lima, também, compareceram, o Sargento Mor Comandante da Vila Elias Antonio de Oliveira e o Major Comandante do Batalhão Miliciano João Guilherme de Almeida.

Do que foi deliberado nesta reunião, registra a Ata: "Acertaram-se de comum acôrdo, que a Câmara se dirija a Sua Alteza Real pedindo tropa viva, artilharia, armamento de mão, pólvora, balas, dinheiro e o que julgar necessário para se fazerem as fortificações nos pontos e lugares de defesa desta Ilha, que o Sargento Mor Comandante da Vila peça à Junta do Govêrno Provisório os auxiliares de que necessitar enquanto a Câmara espera socorros da Corte, isto porque se o pedido for dirigido à Capital é provável que nada receba uma vez que nas atuais circunstâncias, lá também se cuida de forti-

ficar a Vila; que o Major Comandante do Batalhão Miliciano, representante ao Governo das Armas da Província a necessidade que tem de fazer Promoção de Oficiais e Oficiais Inferiores para o Batalhão, e inteirar o mesmo de suas competentes praças e para todo o Batalhão. E, finalmente, que a Câmara represente ao Governo Provisório da Capital a necessidade que há para que de ora em diante e até receberem os socorros da Corte se apliquem os Dinheiros arrecadados das vendas públicas nesta Vila e Dízimos para pagar os empregados no serviço das fortificações que devem ser feitas com urgência nos pontos, Morro do João Dias, Sumidouro, Piçarras, Ponta da Cruz, Morro do Hospício e Barra do Araquari".

Como se vê, as autoridades civis e militares da Vila de Nossa Senhora das Graças do Rio São Francisco do Sul, estavam bastante preocupadas com a defesa do seu território ante uma possível invasão portuguesa.

Outro assunto em pauta nesta reunião foi o relativo a recomendação da Corte para que se divulgasse o jornal "REGULADOR BRASILEIRO-LUZO".

Ocorre que na Corte, proclamada a Independência, José Bonifácio passou a não tolerar os adversários. Como os jornais "Correio do Rio de Janeiro" e "Gazeta do Rio de Janeiro" não se mostrassem simpáticos, o Ministério dava preferência ao periódico "Regulador Brasileiro-Luzo". Não só dava preferência como recomendava às Províncias. Acusando o recebimento desta recomendação a Câmara de São Francisco do Sul dirige carta à Junta do Governo da Província, onde diz: "Pelo ofício de VV.SS. de 3 do corrente, fica esta Câmara informada que considerando Sua Alteza Real a utilidade que trará para este Reino do Brasil a circulação de Periódicos, e outros escritos, nos quais não só se oferecerão ao público elementos de instrução e armas para combater os abusos conhecidos até aqui na educação públi

ca; mas também se illustre com argumentos enérgicos e Patrióticos os princípios que se oponham aos verdadeiros interesses da grande causa do Brasil; e que reconhecendo o lugar que tem o novo periódico REGULADOR BRASILEIRO-LUZO, publicado na Corte do Rio de Janeiro, seja não só fácil sua circulação como se promovia a sua circulação voluntária".

E finaliza a carta: "assim se conforma a mesma Câmara com a insinuação de VV.SS. a executar a este respeito tudo quanto Sua Alteza Real ordena".

19 DE SETEMBRO DE 1822 - Do que foi deliberado, na reunião do dia anterior, a Câmara de São Francisco do Sul dá conta à Junta do Governo Provisório da Província, através de ofício. Inicialmente refere-se ao Decreto de 1º de agosto e afirma: "Tomando a Câmara em consideração com aquela energia, honra, Patriotismo e brio Nacional quanto Sua Alteza Real ordena nos §§ 5º e 6º do mesmo Real Decreto e que este Porto pela excelente barra que tem é um dos mais francos onde se pode por diferentes lugares desembarcar tropas sem que até hoje possua a menor possibilidade de defesa. Considerando que nas circunstâncias atuais não poderão Vossas Senhorias socorrer-nos, da Capital, e que aqui tudo nos falta, de comum acôrdo com os Majores Comandantes da Vila e do Batalhão, acordou a Câmara pedir a Sua Alteza Real tudo quanto se faz indispensável, e que aquele Major Comandante se dirigisse a Vossas Senhorias pedindo o socorro possível até que sejamos socorridos pela Corte".

Preocupados com as fortificações os vereadores pediam aos Senhores do Governo "Ordem para o Juiz Ordinário assistir com os dinheiros provenientes das Rendas Públicas e Dízimos aqui arrecadados, e com eles se ir principiando as fortificações no modo mais cômodo nos lugares do morro do João Dias, Sumidouro, Picarras, Ponta da

Cruz, Morro do Hospício e Barra do Araguari, pagar os Milicianos que forem necessários entrar nos serviços nos destacamentos pelos pontos de vigia, em feitura de carretas para oito pessoas que aqui se acham desmontadas e, finalmente, tudo aquilo que for indispensável. No fim do ano o mesmo Juiz dará contas ao Tribunal da Junta da Fazenda Pública de quanto as ditas rendas importaram e quanto se dispendeu".

No mesmo officio a Câmara do Rio São Francisco, manifestava-se disposta a dar cumprimento ao Decreto de 30 de janeiro deste ano que convocara voluntários para servir nas forças brasileiras. Em julho passado uma portaria do Ministro da Guerra, general Luiz Pereira Nóbrega Coutinho, voltava a pedir voluntários. Das providências neste sentido, a Câmara francisquense comunicou à Junta de Governo o seguinte: "É de absoluta necessidade de se criar nesta vila, para sua efetiva guarnição, uma Companhia d'Artilharia composta de homens naturais estabelecidos no país. Em virtude do Real Decreto de 30 de janeiro deste ano, aqui publicado no dia 15 do corrente, já se ofereceram voluntários a Sua Alteza Real, o presidente da Câmara Jacinto Fernandes Dias com um filho, o Ajudante Joaquim José de Oliveira com um filho e outros muitos que a exemplo dos nomeados estão prontos".

A convocação de voluntários, que fossem brasileiros, evidenciava a efetiva preparação militar do País. O documento revela que na Vila de São Francisco, então com 5 mil habitantes, havia disposição para a luta. O officio dos vereadores terminava assim: "Portanto sirvam-se Vossas Senhorias de dar estas providências para que esta Câmara possa cumprir com quanto tem da sua parte e da honra e brio dos brasileiros".

20 DE SETEMBRO DE 1822 - Os poucos políticos da Província comen-
tam a escolha dos eleitores das "Cabeças de Distritos" ou "Paroquias".
A estes caberá eleger o deputado catarinense. Santa Catarina terá

direito a um representante, numa Assembléia de 100, pertencentes a 18 Províncias. As bancadas, que formarão a Constituinte a instalar-se a 3 de maio de 1823, terão direito à seguinte representação: Minas Gerais, 20 deputados; Bahia e Pernambuco, 13; São Paulo, 9; Ceará e Rio de Janeiro, 8; Alagoas e Paraíba, 5; Maranhão, 4; Pará e Rio Grande do Sul, 3; Goiás e Cisplatina, 2; Piauí, Rio Grande do Norte, Espírito Santo, Mato Grosso e Santa Catarina, um representante cada (7).

Nesta época a Vila de Nossa Senhora do Desterro, com cerca de 800 casas, poderia indicar 8 eleitores. A legislação de então pedia um eleitor para cada cem fogos. As vilas de Laguna e São Francisco do Sul também escolherão seus eleitores.

22 DE SETEMBRO DE 1822 - Na Província do Rio de Janeiro, realizam-se as eleições para os deputados à Assembléia Constituinte. São oito os representantes. Entre êles é eleito o catarinense Manoel de Souza França. Filho do lagunense Francisco de Souza França, de tradicional família daquela Vila, vivia no Rio e veio a ser Secretário da Constituinte. Em 1831 foi Ministro da Justiça, cargo que deixou com a Abdicação, mas que voltou a ocupar na Regencia. Depois, em 1840, presidiu a Província do Rio de Janeiro.

23 DE SETEMBRO DE 1822 - A escolha do representante catarinense à Assembléia Constituinte era assunto dominante nestes dias. Na Câmara havia a preocupação de se indicar um nome que acima de tudo defendesse os interesses da Província. Entendiam os vereadores que para o cumprimento dessa tarefa o indicado deveria "ter conhecimentos teóricos e, principalmente, práticos de todos os negócios relativos a Província".

Na época havia perfeita sintonia entre os vereadores da Vila e os Senhores da Junta de Govêrno. Tanto é que nesta data o Juiz de Fora e Presidente da Câmara Francisco José Nunes e os vereadores

Francisco Borges de Castro, Francisco Antonio Pereira Guimarães e José Silveira de Souza, fizeram um pedido à Junta para que esta aponte os principais problemas da Província e os "melhoramentos de que necessita". De posse destes elementos estaria a Câmara capacitada a escolher um deputado realmente capacitado.

30 DE SETEMBRO DE 1822 - A solicitação oficial para que a população da Província de Santa Catarina aclame solenemente a 12 de outubro D. Pedro 1º Imperador Constitucional do Brasil, chega a Vila do Desterro. Conseqüentemente, a Província toma conhecimento da Independência. O pedido foi expedido no dia 17 pela Câmara do Rio de Janeiro. Não há informação se o ofício veio pelo correio terrestre. Sabe-se entretanto que este serviço já existia no sul do Brasil. Aqui no Desterro era chefe dos correios, Manoel da Cunha Bittencourt. Exerceu o cargo de 1819 até o ano de 1825.

De posse do pedido a Câmara local iniciou as providências para solenizar a aclamação do Imperador.

6 - CABRAL, O.R. - OS JUIZES DE FORA, in Anais do I Congresso de Hist. Catarinense - Vol.II - Fpolis - 1950.

7 - CALMON, Pedro - História do Brasil, Vol.V - Rio de Janeiro - 1963.

37

ABDON BAPTISTA



Na vida pública catarinense são raras as personalidades que tenham ocupado todos os cargos de eleição, como ocorreu com Abdon Baptista. Foi juiz de paz, vereador, presidente da Câmara, prefeito, deputado estadual e federal, presidente da Assembléia, vice-governador exercendo a governança do Estado e senador da República. Paralelamente, como médico e como homem de negócios, por quase meio século, desempenhou papel preponderante no setor social e econômico joinvilense e catarinense.

Abdon Baptista, era filho de Hermenegildo e Maria Carolina Baptista. Nasceu aos 30 de julho de 1851, na cidade de São Salvador, capital da Bahia. Aos 15 anos completou o curso secundário. Aos 22 anos foi diplomado pela Escola de Medicina da Bahia. Em 1879 veio para Santa Catarina, estabelecendo-se em São Francisco do Sul onde passou a exercer a sua profissão como médico do Porto. Ali, contraiu núpcias com D. Teresa Nóbrega de Oliveira, filha do Cel. José Antonio de Oliveira. Deste matrimônio nasceram nove filhos.

Em 1884, o dr. Abdon Baptista transferiu residência para Joinville. Já era, então, membro do Partido Liberal e destacada figura do setor econômico. Iniciando como sócio da firma "Oliveira e Genro", de pois titular de "A. Baptista e Cia.", foi, finalmente, fundador e um dos principais sócios da "Sociedade Industrial Catarinense". Essa organização tornou-se uma potência do comércio e exportação da erva-mate em Santa Catarina e de grande influência política no Norte do Estado.

Ativo militante do Partido Liberal, em 1883, o dr. Abdon Baptista concorreu pela primeira vez à uma cadeira na Assembléia Provincial, mas não foi eleito. Nesta época fundou o jornal "O Democrata", órgão que defendia os interesses de seu partido.

Com a ascensão dos liberais em 1888, Abdon Baptista foi feito 1º Vice-presidente da Província. No período entre 26 de junho e 19 de julho de 1889 exerceu a presidência de Santa Catarina. Com o advento da República ligou-se aos federalistas e voltou a atuar na política joinvilense. A 19 de janeiro de 1892 assumiu a presidência da Intendência, como se denominava, então, a Câmara Municipal. Em abril foi o candidato à Constituinte Estadual, mais votado em Joinville. Amigo de Eli-seu Guilherme, 1º vice-governador do Estado, no exercício da governan

ça, ficou ao lado dos revoltosos de 93, quando Floriano Peixoto mandou prender Eliseu no Rio de Janeiro. Ao tomar esta atitude, renunciou aos cargos que ocupava de deputado, presidente da Intendência, Delegado de Higiene e Chefe do Distrito Escolar.

Neste movimento, Abdon Baptista pôs em ação todo o seu espírito conciliador, de modo a resguardar a integridade e as propriedades dos cidadãos joinvilenses contra possíveis saques, por parte das tropas revolucionárias que acantonaram na cidade, vindas do sul.

Procurado pelos florianistas em 1894 para o ajuste de contas, conseguiu asilo em um navio de bandeira argentina, no porto de São Francisco do Sul e, dali, rumou para Buenos Aires, regressando quando foi decretada a anistia.

De regresso a Joinville, o dr. Abdon Baptista, também voltou à política. O seu prestígio não caíra. Líder que era não deixou de contribuir para a pacificação política do Estado ao lado de nomes como Lauro Muller, Vidal Ramos, Hercílio Luz e Fellipe Schmidt. Unificado o Partido Republicano Catarinense, em 1903 Abdon Baptista foi eleito deputado federal. Voltaria a cumprir mais dois mandatos na Câmara, de 1912 à 1914 e de 1918 à 1920. Na legislatura de 12, não chegou a concluir seu mandato, porque se elegeu Senador da República, na vaga de Lauro Muller, que deixara o Senado para assumir o Ministério das Relações Exteriores, no Governo do Presidente Wenceslau Braz.

Antes destas passagens pelas duas casas do Congresso Nacional, o dr. Abdon, voltara a ocupar o Governo do Estado. Foi no período de 28 de setembro a 21 de dezembro de 1906, que assumiu na qualidade de vice-governador, completando o quadriênio para o qual foram eleitos Lauro Muller e Vidal Ramos. O primeiro, governador, então nomeado Ministro da Viação do presidente Rodrigues Alves. O segundo, vice-governador, eleito Senador.

Quando se equacionou a sucessão de Fellipe Schmidt, no Governo do Estado em 1918, Abdon Baptista aparecia como forte candidato. Era o nome indicado por Lauro Muller, então chefe político de maior prestígio em Santa Catarina, notadamente, pelos altos postos que ocupara no Governo da República. Contra a candidatura do político joinvilense interpôs-se Hercílio Luz, dividindo o Partido Republicano. A retirada de sua candidatura em favor de Lauro Muller, tendo Hercílio como Vice, aparentemente, pacificou o ambiente político.

Da sua atuação no Estado e no Município que representou, deve-se destacar o incentivo à criação do Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville, entidade existente até hoje e cuja fundação vem de 1892. Foi em 1906, quando no Governo do Estado, que veio para Santa Catarina o educador paulista Crestes Guimarães, promo-

vendo a reforma de ensino, iniciando-a pelo Colégio Municipal de Joinville, depois transformado no atual grupo escolar "Conselheiro Mafra". Fundou uma escola municipal para filhos de operários, escola esta que manteve às suas expensas até sua morte. Fundou também, o Asilo de Órfãos e Desvalidos de Joinville. Foi, ainda, em agosto desse ano que hospedou em Joinville o Dr. Afonso Pena, então Presidente da República, eleito. Como senador, em 1916, atuou meritoriamente para a solução da questão de limites com o Paraná, aconselhando ao governador Fellipe Schmidt a aceitar o arbitrio do presidente Wenceslau Braz.

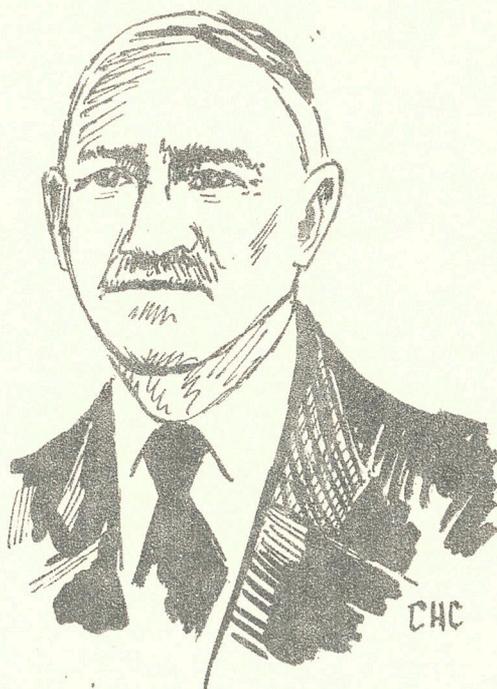
Eleito Superintendente Municipal para o período 1918/22, exerceu o cargo por pouco tempo, afastando-se por motivo de doença. A 15 de março de 1922 faleceu em Joinville.

Ao morrer deixou sete filhas casadas respectivamente, com os senhores dr. Artur Costa, dr. Arnaldo Rocha, dr. Marinho Lobo, Major Navarro Lins, dr. Aparicio Costa, dr. Baltazar da Silveira, Cipriano de La Pena e, mais, Laura Baptista e, o único filho homem, Eudoro Baptista.

A atuação desta personalidade na vida pública ficou assinalada por estas e muitas outras realizações. Para homenageá-lo o governo catarinense deu a denominação de Abdon Baptista a um distrito do município de Campos Novos. Em Joinville uma das principais vias públicas também leva o seu nome. (J.M.)

38

LUCAS BEZ BATTI



Dentre os imigrantes italianos que em 1879 vieram juntar-se aos seus patricios que, dois anos antes, iniciaram o núcleo colonial de Azambuja - Urussanga estava o casal Giacomo e Francisca Teresa Bez Batti com seus filhos. Um deles era Lucas, de 19 anos. Nascera a 24 de dezembro de 1860, na localidade de Igne, próximo a cidade de Belluno, na Itália. Chegando ao sul do Estado a família se estabeleceu em Rio Maior. Após ocupar o terreno com as primeiras plantações os Bez Batti construíram um rudimentar engenho de açúcar e logo depois uma atafona. Estes empreendimentos consumiam a produção local e atendiam as necessidades das demais famílias da Colônia.

Os negócios prosperaram. Mas naquela época eram quase que anuais os transbordamentos dos rios. Em 1882 uma enchente mais violenta levou de roldão os pequenos engenhos dos Bez Batti. Sem estímulo para recommear na mesma empresa, Lucas Bez Batti achou melhor oportunidade no trabalho de construção da Estrada de Ferro D. Tereza Cristina. Era o ano de 1883 e a firma James Pery e Cia. recrutava braços para a grande empreitada. Neste trabalho Lucas Bez Batti conseguiu acumular algum dinheiro e, findo a obra da Estrada de Ferro em 1884, pode estabelecer-se no centro de Urussanga, onde edificou uma casa e passou a se dedicar ao comércio.

A vila prosperava e Lucas Bez Batti passou a se interessar pelo seu desenvolvimento. Em 1900 Urussanga já contava com mais de 5 mil habitantes. Através a Lei 474, de 6 de outubro, o governador do Estado Fellipe Schmidt criou o Município de Urussanga, desmembrado de Tubarão,

incluindo os territórios que hoje constituem os municípios de Sidrópolis e Morro da Fumaça. Em janeiro de 1901 o município foi instalado, sendo nomeado superintendente o Sr. Jacinto de Brida. Constituído o Conselho Municipal de cinco membros, Lucas Bez Batti foi eleito presidente, cargo que exerceu até 1903, quando foi eleito Superintendente Municipal, sendo reeleito sucessivas vezes, até 1918 e voltando a exercê-lo após a vitória da Revolução de 1930, então com a denominação de Prefeito.

Durante os vários períodos em que esteve à frente da municipalidade promoveu uma série de realizações. Construiu 14 escolas. Edificou o Hospital de Caridade, mesmo prédio onde hoje funciona a Prefeitura Municipal de Urussanga. Cuidou da construção da estrada carroçavel ligando Urussanga-Palmeira, promovendo uma melhor ligação com o município de Orleães. Criou o Serviço de Energia Elétrica para a cidade. Procurou embelezar o centro urbano, com calçamento de ruas e construção do jardim público.

Lucas Bez Batti possuía a patente de Capitão da Guarda Nacional. Foi casado com D. Fiorença Savi. Deste matrimônio nasceram 8 filhos, tres mulheres e cinco homens.

No dia 8 de agosto de 1939, Lucas Bez Batti faleceu na cidade de Urussanga. Contava 79 anos. No município, que ajudou a fundar e prosperar, seu nome é lembrado em uma das principais ruas da cidade e na denominação do Grupo Escolar da localidade de Santana.

(J.M.)